

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: Matérias que citam o ministro Fernando Coelho Filho ou o MME:

O Globo

[Título: Leilões de petróleo podem render R\\$ 3,5 bi ao governo](#) 3

O Estado de S. Paulo

[Título: Sem preconceito](#) 7

[Título: União espera R\\$ 3,5 bi com leilão de petróleo](#) 9

Correio Braziliense

[Título: Colcha de retalhos](#) 18

Valor Econômico

[Título: Leilão pode sair antes de acordo com Petrobras, diz secretário](#) 23

[Título: Governo de São Paulo retoma privatização da Cesp](#) 31

Sumário

VEÍCULO: O Globo 3

Título: Leilões de petróleo podem render R\$ 3,5 bi ao governo 3

Título: Poder em jogo 4

Título: Moro manda leiloar tríplex e usar dinheiro para ressarcir Petrobras 4

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo 6

Título: Licenciamento e o custo da ineficiência	6
Título: Sem preconceito	7
Título: Notas	9
Título: União espera R\$ 3,5 bi com leilão de petróleo	9
Título: Alckmin retoma privatização da Cesp	10
Título: “Eletrobrás é vítima de ‘fogo amigo’”	11
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	14
Título: PPP de iluminação em SP avança após 2 anos de disputa judicial	14
VEÍCULO: Correio Braziliense	15
Título: Por trás do preço da gasolina	15
Título: Colcha de retalhos	18
Título: Sistema não tem paralelo no mundo	20
VEÍCULO: Valor Econômico	21
Título: Leilões marcados para março e junho devem arrecadar R\$ 3,5 bi, projeta ANP	21
Título: PDT e sindicatos vão ao STF para barrar privatização da Eletrobras	22
Título: Leilão pode sair antes de acordo com Petrobras, diz secretário	23
Título: Um Brasil sem novas mega-hidrelétricas?	25
Título: Petrobras adere ao Refis da MP do Repetro	28
Título: Consórcio da WTorre é vencedor provisório de PPP em SP	29
Título: Governo de São Paulo retoma privatização da Cesp	31
Título: Etanol de milho avança no Centro-Oeste	32
Título: Oferta adicional terá de ser vendida a outros mercados	35
Título: Destaques	35

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez****Título: Leilões de petróleo podem render R\$ 3,5 bi ao governo**

Estimativa de arrecadação não inclui megaleilão, que depende de acordo com Petrobras.

O governo federal prevê arrecadar R\$ 3,5 bilhões em bônus com os leilões de petróleo previstos para este ano, segundo o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP), Décio Oddone. A previsão abrange a 15ª Rodada de Licitações do pós-sal e o 4º leilão de blocos do pré-sal. A previsão não inclui, porém, o megaleilão de petróleo que o governo planeja realizar este ano, avaliado em R\$ 80 bilhões, e que depende de um acordo entre Petrobras e União. Oddone ressaltou que, em razão do calendário eleitoral, o megaleilão só poderia ser realizado até junho ou a partir de novembro.

Ele participou ontem da cerimônia de assinatura dos 32 contratos de concessão relativos à 14ª Rodada realizada em setembro do ano passado. Segundo o Secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia Márcio Félix, a decisão sobre o certame deve ocorrer em reunião do Conselho Nacional de Política Energética, em março. — Precisa ter um entendimento para ter o leilão, mas não um entendimento final da negociação — disse, em referência às discussões sobre a cessão onerosa, acordo firmado entre Petrobras e União em 2010, que deu à estatal o direito de explorar 5 bilhões de barris de petróleo. As premissas do acordo deveriam ser reavaliadas posteriormente. Ontem, a ANP assinou os contratos para concessão de 32 blocos arrematados por 14 empresas no leilão da 14ª Rodada. O certame rendeu R\$ 3,8 bilhões.

A maioria foi paga pelo consórcio formado por Petrobras e Exxon, que arremataram seis blocos na Bacia de Campos. Três empresas não assinaram os contratos por questões relativas à falta de documentação, mas a expectativa é que os documentos sejam assinados posteriormente. Presente ao evento, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, reafirmou que a companhia tem interesse de investir no exterior no desenvolvimento da produção de gás natural. — Uma empresa que queira ficar no setor de óleo e gás numa perspectiva de economia de baixo carbono tem de ter uma participação de gás no seu portfólio que seja relevante — disse.

VEÍCULO: O Globo**Seção: Página 2 / colunas****Autor: Lydia Medeiros****Título: Poder em jogo**

Regra geral

O loteamento político do governo produz situações como aquela em que está a deputada Cristiane Brasil. Michel Temer entregou o Ministério do Trabalho ao chefe do PTB, pai da deputada. Há três semanas ela tenta assumir o cargo, mas a Justiça não deixa. À exceção das estatais, salvas por lei específica, nada escapa ao fatiamento partidário do governo Temer.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), por exemplo, terá este ano quatro vagas a serem preenchidas, mas são muitas as dificuldades políticas para fazer indicações técnicas. A agência fiscaliza um setor que é alvo de pressões e que está em crise, especialmente depois do governo Dilma. A politização das agências reguladoras é um dos fatores de risco para o investimento no país, critica a economista Elena Landau: “Há insegurança jurídica. Os cargos deveriam ser preenchidos com os critérios da Lei das Estatais, escolhidos no mercado por headhunters”, sugere.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Cleide Carvalho E Gustavo Schmitt****Título: Moro manda leiloar tríplex e usar dinheiro para ressarcir Petrobras**

Juiz afirma que dívida do IPTU coloca imóvel do Guarujá em risco.

O juiz Sergio Moro determinou ontem que seja leiloado o tríplex do Guarujá, que está em nome da OAS Empreendimentos e que levou o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva a ser condenado a 12 anos e um mês de prisão, por corrupção passiva e lavagem de dinheiro.

O juiz pediu à 2ª Vara de Execução de Títulos Extrajudiciais da Justiça Distrital de Brasília a retirada da penhora do imóvel, que havia sido feita numa ação de cobrança de dívida da OAS com uma empresa de material de construção. Moro lembrou que o imóvel já havia sido confiscado desde julho do ano passado.

Na sentença em que condenou Lula, o juiz decretou o sequestro do apartamento 164-A, do edifício Solaris, como produto do crime, assim como o bloqueio de outros bens do ex-presidente. A dívida de IPTU do apartamento

também foi citada pelo juiz por deixar o imóvel em risco. O tríplex deverá ser vendido em leilão público e o valor será depositado em conta judicial até o trânsito em julgado do processo.

Caso a sentença seja confirmada nos tribunais superiores — o Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) — o valor será revertido à Petrobras, considerada a vítima do processo. Em caso de a condenação não ser confirmada, o dinheiro será devolvido à OAS Empreendimentos ou ao ex-presidente, segundo determinação do juiz. Moro considerou que a penhora foi feita inadvertidamente.

Segundo ele, o tríplex atualmente “não pertence à OAS Empreendimentos nem ao ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva”: “(... O) imóvel foi inadvertidamente penhorado, pois o que é produto de crime está sujeito a sequestro e confisco e não à penhora por credor cível ou a concurso de credores”, explicou o juiz no despacho.

A penhora do imóvel na ação que corre no Distrito Federal chegou a ser usada pela defesa de Lula como argumento para dizer que o imóvel não era do ex-presidente, e sim da OAS. Ao confirmar a sentença de Moro, porém, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF-4) ressaltou que a OAS Empreendimentos foi usada apenas como “laranja” para ocultar o proprietário de fato, que era Lula.

PISCINA E ELEVADOR

Moro afirmou que a falta de pagamento do IPTU coloca o imóvel em risco, com prejuízo aos direitos da Petrobras. Segundo dados da Prefeitura do Guarujá, a dívida relativa ao imposto já alcança R\$ 80 mil. “Tal omissão leva à natural crença de que o imóvel está abandonado e corre riscos de ter seu valor depreciado, por falta da adequada conservação”, escreveu Moro.

Para que o apartamento tríplex seja leiloado, Sergio Moro determinou que o imóvel seja apartado dos demais bens do ex-presidente Lula. O juiz deu ainda prazo de dez dias ao Ministério Público Federal (MPF) e à Petrobras para que se manifestem sobre a decisão do leilão.

A denúncia da força-tarefa da Operação Lava-Jato atribuiu ao ex-presidente Lula a lavagem de dinheiro de R\$ 2,2 milhões, que corresponde ao apartamento no Guarujá e à reforma feita na unidade, que incluiu até mesmo instalação de um elevador interno privativo e mudança do local da piscina, para garantir privacidade ao ex-presidente e à sua família, segundo a acusação.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Claudio Sales e Alexandre Uhlig****Título: Licenciamento e o custo da ineficiência**

Os custos socioambientais de empreendimentos do setor elétrico têm apresentado significativo aumento nas últimas décadas. As ações de prevenção, mitigação e compensação de impactos já correspondem, no caso de usinas hidrelétricas, em média, a 20% do valor total do investimento para construir o empreendimento, um salto significativo em relação aos 6% observados na década de 1990.

Esse aumento é um indicador que reflete a integração das agendas social e ambiental à pauta econômica do setor elétrico. Contribuiu também para este processo o amadurecimento da legislação ambiental brasileira, que se tornou mais exigente com o aprimoramento dos mecanismos de controle e avaliação de impactos.

Paradoxalmente, os crescentes investimentos socioambientais não têm se revertido em maior previsibilidade no processo de avaliação da viabilidade ambiental de empreendimentos de geração e linhas de transmissão de eletricidade. Maiores investimentos socioambientais não têm promovido sequer a diminuição de “demandas” que extrapolam as medidas de prevenção, mitigação e compensação de impactos previstas nos estudos de impacto ambiental.

O licenciamento ambiental permanece como um dos principais gargalos do processo de implementação de empreendimentos do setor elétrico, e o aumento dos custos socioambientais tem sido progressivamente precificado pelos agentes ao longo do tempo, impactando a tarifa da eletricidade paga pelo consumidor.

A fim de lidar com a relação paradoxal entre os crescentes custos socioambientais e a persistente e indesejável imprevisibilidade do processo de licenciamento ambiental de projetos do setor elétrico, as seguintes recomendações são feitas no estudo Custos socioambientais: tendências, ferramentas e responsabilidades, disponível em www.acendebrasil.com.br/estudos: avaliar a efetividade dos programas de prevenção, mitigação e compensação de impactos adotados no âmbito do licenciamento ambiental; aprimorar os mecanismos de orçamentação e contabilização, tornando-os mais precisos e padronizados, possibilitando análises comparativas sobre o desempenho socioambiental de diferentes empreendimentos; identificar e expurgar do processo de licenciamento as

questões que não guardam relação direta com os impactos dos empreendimentos e têm provocado aumento de custos e judicialização; responsabilizar os atores que provocam interferências sobre o licenciamento ambiental, mas que não respondem pelos impactos negativos de suas ações. A legislação ambiental brasileira é moderna e há inúmeras instituições que atuam no processo de licenciamento ambiental.

Entretanto, as interferências de certas instituições e atores são crescentes e têm levado ao aumento da incerteza e dos custos. A discussão sobre os limites dos papéis das instituições e atores – e a responsabilização por certas iniciativas tomadas sem a medida de suas consequências – precisa ser transparentemente comunicada à sociedade.

Mesmo porque não são estes atores ou instituições que posteriormente assumem a conta dos atrasos, dos sobrecustos desnecessários e das ineficiências por eles incorporadas ao licenciamento ambiental e à própria operação dos ativos do setor elétrico.

Se é verdade que os custos socioambientais representam investimentos que respondem a anseios da sociedade, esta mesma sociedade precisa estar ciente de que é ela, enquanto consumidora de eletricidade, que provê os recursos – financeiros e humanos – que viabilizam as respostas a tais anseios.

A partir desta premissa, fica evidente a necessidade da adoção do tripé “previsibilidade, transparência e efetividade” na aplicação destes recursos. O reconhecimento desta relação de compromisso deve gerar consequências abrangentes e profundas sobre as responsabilidades da estrutura organizacional envolvida no processo de licenciamento ambiental.

SÃO, RESPECTIVAMENTE, PRESIDENTE E DIRETOR DO INSTITUTO ACENDE BRASIL

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Política / colunas

Autor: Eliane Cantanhêde

Título: Sem preconceito

Além das denúncias, da impopularidade e das quedas de braço com a Justiça, o presidente Michel Temer está decidido a enfrentar preconceitos e dar racionalidade aos debates sobre reforma da Previdência e pulverização de ações da Eletrobrás. A "combinação" Embraer- Boeing pode pegar carona na discussão. A ideia é resistir ao "não sei, não vi, não provei, mas não gostei". Não é inteligente, não é razoável e não leva o Brasil a lugar nenhum. É preciso saber,

ver, ouvir especialistas e versões divergentes para ser a favor ou contra, ou a favor só em parte.

"Reforma da Previdência? Sou contra." Por quê? "Porque só prejudica os pobres." Isso é efeito da campanha deseducativa, que finge estar defendendo "os pobres" quando, na verdade, embute a defesa de privilégios das carreiras mais bem pagas do Estado. São elas, junto com partidos ditos de esquerda, que operam contra a reforma, não para proteger a aposentadoria e pensões de trabalhadores de baixa renda, mas sim aposentadorias de mais de R\$ 30 mil de algumas categorias – caso de juízes e magistrados.

A reforma é justamente para evitar que o sistema entre em colapso ao longo dos anos e a base da pirâmide – que é quem efetivamente precisa de aposentadoria – acabe ficando sem ela. Defenda-se a Justiça, não boquinhas como aposentadorias milionárias de setores do funcionalismo, quando a grande maioria dos trabalhadores tem um teto de R\$ 5.700, ou como auxílio-moradia irrestrito para juízes e altos funcionários dos três Poderes.

No caso da Eletrobrás, Temer e o ministro das Minas e Energia Fernando Coelho Filho, fazem tudo para fugir da palavrinha maldita, "privatização", e insistem que a intenção é pulverizar suas ações, arejá-la, atrair investimentos privados, estender a ela a chance dada, lá atrás, à Vale do Rio Doce, que passou a empregar nove vezes mais pessoas depois da... privatização.

O governo diz que pretende manter ações e parte do controle estratégico da empresa, num sistema "golden share", mas a maior reação no Congresso vem principalmente do Nordeste e de Minas, que recorrem a um discurso "nacionalista" para disfarçar a importância da Chesf e de Furnas, respectivamente, como generosos cabides de emprego para apadrinhados políticos. Contra a reforma, o "interesse dos pobres". Contra a modernização da Eletrobrás, "o interesse nacional". Fernando Filho cita, objetivamente, um dado do ministério: de 2004 a 2016, a União deixou de arrecadar em torno de R\$ 165 bilhões por manter a Eletrobrás exatamente onde está, sem contar os grandes valores que a União teve de despejar na companhia.

Quanto à Embraer: é um orgulho dos brasileiros, campeã internacional no segmento de jatos executivos e produzindo aviões tanto para a área civil como para a área militar. Empresa moderna, com técnicos competentíssimos, especialmente após privatizada. Temer já disse e repetiu que a União não vai abrir mão do controle da Embraer. E a sueca Saab já enviou a Brasília um alto representante alertando para a questão da transferência de tecnologia no jato Gripen para a FAB, em parceria com a Embraer. De gabinete em gabinete, a Boeing garante: qualquer acordo respeitará o controle da União e manterá a blindagem e a autonomia do programa dos Gripen.

Enfim, não se trata aqui de fazer campanha pela reforma, nem pela privatização (ou tenha lá que nome tiver) da Eletrobrás, nem pela "combinação" (novamente, tenha lá que nome tiver) entre a Embraer e a Boeing. Trata-se, sim, de defender um debate aberto, ponderado, maduro sobre o que é e o que não é melhor para o Brasil e os brasileiros, agora e no futuro. Ou seja: sem preconceito e sem dogmas que signifiquem apenas o atraso pelo atraso.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / colunas

Autor: Aline Bronzati /Cynthia Decloedt / Fernanda Guimarães

Título: Notas

» Enquanto isso...

Sem conseguir acertar os ponteiros com a Eletrobrás sobre um passivo da ordem de R\$ 2 bilhões, a Eletropaulo deixará sua oferta subsequente de ações (follow on) para março. A empresa estava com a oferta no gatilho na sexta-feira, na expectativa de uma solução para o impasse com a Eletrobrás nesta semana, mas um acordo pode demorar um pouco mais.

» Divergências.

Desde outubro do ano passado, Eletrobrás e Eletropaulo negociam um acordo visando a encerrar um processo judicial sobre uma dívida que teria origem em um empréstimo da década de 1980. As partes divergem sobre o valor do débito, estimado em cerca de R\$ 2,8 bilhões segundo a estatal. Procurada, a Eletropaulo disse que se manifestou sobre o tema em Fato Relevante divulgado em 18 de janeiro de 2018. Na ocasião, admitiu estudar a possibilidade da operação “dentre outras alternativas disponíveis para o financiamento de suas atividades”.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes

Título: União espera R\$ 3,5 bi com leilão de petróleo

Dois leilões de petróleo e gás natural marcados para este ano devem render R\$ 3,5 bilhões ao governo, segundo o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone. Esse valor é quanto o governo espera arrecadar com os bônus de assinatura que serão pagos pelas empresas vencedoras da 15.ª Rodada de Licitações e da 4.ª Rodada de Partilha do Pré-sal.

Na primeira, marcada para março, serão oferecidas áreas de pós-sal e sairão vencedoras as empresas que oferecerem à União os maiores bônus de assinatura. Na segunda, de pré-sal, agendada para junho, o bônus é previamente definido. A ANP realizou ontem a cerimônia de assinatura dos contratos de concessão do último leilão de pós-sal, a 14.ª Rodada, realizado em setembro – 14 empresa assinaram 32 contratos.

Outras três ainda vão assinar, após entregar documentos pendentes, caso da Greenconsult e Tek, e garantia financeira do programa exploratório mínimo, caso da Guindastes Brasil.

O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia Márcio Felix, informou que o leilão de áreas de pré-sal que excedem um reservatório de 5 bilhões de barris entregue à Petrobrás em 2010 ainda poderá acontecer neste ano.

Para isso, a concorrência deve ser aprovada pelo Conselho Nacional de Política Energética em reunião extraordinária, em março.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Alckmin retoma privatização da Cesp

Medida só foi possível com o decreto do governo federal que amplia em 30 anos prazo de concessões para vencedores de leilão de privatização.

O governo do Estado de São Paulo decidiu ontem retomar o processo de privatização da Companhia Energética de São Paulo (Cesp). No primeiro dia útil após a publicação de um decreto federal que favorece a venda da geradora paulista, o Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED) se reuniu para apreciar a retomada do programa de desestatização da companhia, informou ao 'Estado/Broadcast' o governador paulista, Geraldo Alckmin.

Hoje o governador deve encaminhar ao ministro de Minas e Energia um ofício pleiteando o enquadramento da Cesp ao decreto 9.271/2018, que amplia o prazo de concessão de geração por 30 anos para o vencedor de um leilão de privatização. "Pretendemos, se estiver tudo OK, publicar em março o edital", disse o governador, que pode se desincompatibilizar do cargo em abril para disputar a Presidência da República.

Como o governo de São Paulo costuma conceder entre 45 e 60 dias de prazo entre a publicação do edital e a realização do leilão, o certame deve ocorrer em maio, se o cronograma do governo paulista se confirmar. Isso depende, no entanto, da esfera federal, já que a Cesp precisa se enquadrar no decreto. Além disso, a minuta de contrato deverá ser apresentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ao Tribunal de Contas da União (TCU), para aprovação.

Mas, no que depender do governo paulista, os trabalhos serão acelerados. Também hoje deve ser publicada uma convocação de audiência pública, a ser realizada em 19 de fevereiro, sobre a privatização. “Queremos fazer rápido, estamos fazendo a nossa parte”, disse a subsecretária de Parcerias e Inovação da Secretaria Estadual de Governo, Karla Bertocco Trindade, comentando que representantes do governo paulista também devem ir à Aneel para buscar celeridade no processo.

Esta será a quarta tentativa do governo paulista de privatizar a Cesp. Na tentativa anterior, realizada em setembro, a sinalização de que não haveria interessados fez o governo suspender o leilão às vésperas da sessão pública. Dentre os motivos que teriam levado à falta do apetite dos investidores estaria justamente o curto prazo de concessão existente para os ativos da companhia – Porto Primavera, que responde por cerca de 90% da capacidade instalada da geradora, tem contrato de concessão atual até 2028.

Com o decreto publicado na última sexta-feira, a concessão pode ser renovada por até 30 anos, contados da data de sua celebração do novo contrato ao novo controlador da empresa privatizada. Na avaliação de Alckmin, a extensão do prazo vai aumentar o apetite de potenciais interessados. “Estamos bastante otimistas”, disse.

“Agora com 30 anos de concessão, entendemos que a procura será grande, o interesse tem sido alto.” Preço. O governo ainda vai avaliar a necessidade de alterar as condições de privatização da empresa, como o preço mínimo do leilão e outros detalhes do edital.

Segundo Karla, a decisão final sobre o preço depende das condições gerais a serem indicadas pela Aneel e pelo TCU, que deverão aprovar a minuta do novo contrato de concessão.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Denise Luna

Título: “Eletrobrás é vítima de ‘fogo amigo’”

Para economista, dificilmente privatização da empresa deve sair este ano, como deseja o governo.

Seis meses após deixar a presidência do conselho de administração da Eletrobrás, a economista Elena Landau – que foi diretora da área de desestatização do BNDES no governo Fernando Henrique Cardoso – vê pouca chance de a estatal ser privatizada em 2018.

Ela vê indícios de “fogo amigo” nos obstáculos que a venda das distribuidoras da empresa vem enfrentando, e avalia que houve precipitação do governo no anúncio da privatização com um modelo fechado. Para ela, o jogo começou agora, depois do envio do projeto de lei da privatização ao Congresso, e muita coisa ainda será discutida.

A economista, que recentemente deixou o PSDB e se juntou ao Livres, disse ao Estadão/ Broadcast que não vai se candidatar a nada, mas que vai lutar, junto com o Livres, para que o próximo presidente da República tenha uma agenda afinada com o pensamento liberal.

A seguir, os principais trechos da entrevista:

Por que a privatização da Eletrobrás está encontrando tantos obstáculos?

O problema principal da Eletrobrás para privatização são as distribuidoras. Aí houve erro mesmo na condução, na definição do modelo, nos prazos não respeitados. Acho que a decisão da Eletrobrás de colocar na Assembleia Geral Extraordinária de 8 de fevereiro a possibilidade de liquidação (das distribuidoras) absolutamente correta, porque só com a possibilidade de liquidação na mesa é que as pessoas vão levar a sério (a privatização).

O que está dificultando a venda das distribuidoras?

A Eletrobrás está sofrendo nesse processo da privatização de um “fogo amigo”. É de dentro do governo, é de dentro da Eletrobrás, é de dentro do ambiente institucional que as restrições à privatização das distribuidoras estão saindo. Eu enfrentei isso na Vale (quando era diretora do BNDES), era mais fácil conversar com os sindicalistas do que com o presidente da empresa na época. Mas fora da privatização não há saída para a Eletrobras.

Acha possível a privatização sair ainda este ano?

O jogo está começando agora, e eu acho que o governo vai ter de estar disposto a negociar, sem abrir mão da filosofia do modelo, sem abrir mão dos princípios que colocou, mas ouvindo mais o próprio Congresso. Não tem alternativa, o

projeto de lei está lá e acho que deveria ter ido com regime de urgência, porque a situação da Eletrobrás é urgente.

A venda pode ficar para 2019?

Eu nunca vi uma empresa do tamanho da Eletrobrás ser privatizada em um ano, então esse negócio de dizer que tem de ser em 2018, se você está indo para um projeto de lei e nem começaram os trabalhos do legislativo ainda, não vejo como fazer este ano.

A privatização sofre também a resistência de outros setores, como na década de 1990, quando havia forte resistência dos trabalhadores?

As pessoas não estão nem aí para a privatização das distribuidoras da Eletrobrás. São perdas de 40% (da operação de energia), salários de R\$ 80 mil. A população não quer mais isso, quer prestação de serviços. O contexto da privatização agora está bem diferente, porque a reforma do Estado está muito mais ampla.

Como assim, mais ampla?

(A privatização) tem um papel importante na reforma do Estado, que não é aquela arrecadação fiscal do ano de exercício. É que o Estado brasileiro tem de caber em outra caixa, essa história do Brasil que a gente tem até hoje não cabe mais dentro dos impostos, dentro da Previdência, dentro dos gastos sociais que você precisa. Então a privatização hoje é parte dessa mudança total do Estado na economia.

Além das distribuidoras, o que pode fazer com que a venda da Eletrobrás não saia este ano, como quer o governo?

O que está acontecendo agora é que está sem governança, cada um fala um pouquinho. O BNDES está muito ausente dos movimentos de privatização, ficou meio dividido entre o ministério setorial, Fazenda e o Planejamento. No passado, essas pessoas tinham vozes, mas você tinha uma concentração em torno do Conselho Nacional de Desestatização (CND), que tinha um ministro forte e o BNDES, que lidava com os consultores, então não ficava tão espalhado.

Quando a sra. estava na presidência do conselho de administração da Eletrobrás já se falava em privatização da empresa?

Eu digo que a privatização da Eletrobrás foi o maior legado do governo Dilma. Ela fez a empresa participar de projetos estruturantes com redução de tarifas, isso não podia dar certo, foi isso que levou à privatização. A privatização foi uma opção à descotização (permissão para que a Eletrobrás venda a valores de

mercado a energia de hidrelétricas antigas que hoje operam em um chamado “regime de cotas”, com baixos preços). Quando falaram em descotização para a Eletrobrás a reação foi muito ruim, todos nós, administradores, fomos contra, porque tiraria as usinas da Eletrobrás sem tirar os passivo. Ela tem de se capitalizar no mercado para comprar as outorgas.

O que a fez deixar o conselho de administração da empresa?

Eu saí de lá porque eu queria entrar mais na atividade política, dar mais opiniões, coisa que um presidente de empresa de capital aberto não pode fazer. Eu já tinha completado um ano e as mudanças já tinham sido feitas, o PDV (Programa de Demissão Voluntária) encaminhado, a venda de ativos de transmissão independente de privatização, achava que a privatização das distribuidoras já estava encaminhada. Acho que foi uma decisão correta.

E agora, pensa em se candidatar ou participar de algum futuro governo?

Eu não vou me candidatar a nada. Só acho que 2018 é um ano muito decisivo. Estou envolvida com a renovação política, com o Livres, para ajudar em uma agenda mais liberal. O brasileiro é muito viciado em Estado, o brasileiro poupa muito pouco, acha que tudo é obrigação do Estado, a universidade pública é obrigação do Estado, a aposentadoria a qualquer momento é obrigação do Estado, o nível de educação é obrigação do Estado. Acho que vai ter de ter um certo desmame.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: TAÍS HIRATA - DE SÃO PAULO

Título: PPP de iluminação em SP avança após 2 anos de disputa judicial

Consórcio que prefeitura tenta barrar deu o melhor preço, mas vitória não é definitiva

Após mais de dois anos travada por imbróglis judiciais, a PPP (Parceria Público-Privada) de iluminação pública da cidade de São Paulo deu um importante passo nesta segunda (29), com o anúncio da proposta de menor preço, feita pelo consórcio Walks.

O grupo, que tem como integrantes empresas envolvidas na Operação Lava Jato, é questionado pela prefeitura, que afirma que as garantias oferecidas pelo consórcio são insuficientes. A gestão tentou barrar judicialmente a participação do grupo no certame na última semana, sem sucesso.

A oferta do Walks foi de R\$ 23,25 milhões mensais, contra R\$ 30,15 milhões ofertados pelo concorrente, FM Rodrigues. No prazo de 20 anos do contrato, a diferença soma R\$ 1,68 bilhão.

A vitória, porém, não é definitiva: há um prazo de cinco dias para recurso, e, depois disso, ainda haverá uma etapa de habilitação do consórcio, em que podem haver questionamentos ao grupo, formado por WPR Participações (grupo WTorre), Quaatro e KS Brasil Led Holdings.

Além disso, será preciso esperar a resolução definitiva de ações judiciais que questionam a participação do grupo Walks e que podem barrar sua contratação.

A reunião começou tensa: passados cinco minutos das 11h, horário programado para a abertura das propostas, representantes da Walks se queixavam da demora e acusavam a prefeitura de estar esperando que uma liminar barrasse o processo.

Em seguida, advogados da FM Rodrigues se levantaram pedindo o adiamento da abertura até que a Justiça analisasse um agravo de instrumento impetrado pela companhia no domingo (28) — o que foi negado.

O principal questionamento ao grupo Walks é a participação da Quaatro, grupo que detém 99,9% das ações da Alumini — empresa condenada na Lava Jato e impedida de firmar contratos com a gestão pública.

A Secretaria dos Serviços e Obras chegou a dizer que a participação da Quaatro era uma "maquiagem" para a atuação Alumini — o que as empresas negam.

A FM Rodrigues afirmou, em nota, que "considera absurda a participação do consórcio" e questionou a viabilidade do preço proposto.

O secretário de Justiça, Anderson Pomini, disse que "pouco importa a empresa selecionada", e que o foco é resolver o imbróglio.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Pedro Lobato

Título: Por trás do preço da gasolina

A praga do populismo é grave na política e nefasta na economia. Não se trata de coisa distante do Brasil. Pelo contrário, mal acabamos de sair de uma dessas práticas e tem gente que ainda não entendeu o mal que ela nos causou. Há até

os que torcem para que ela volte.

Perplexos e indignados, todos acompanhamos a revelação do verdadeiro assalto que políticos e empreiteiros recentemente fizeram à maior empresa do país, a Petrobras. Patrimônio e orgulho dos brasileiros, a estatal sempre foi considerada um oásis de profissionalismo, capacitação técnica e arrojo.

Mais do que isso, com a exploração das jazidas encontradas nas profundezas do pré-sal, a Petrobras passou a ser uma de nossas melhores esperanças, capaz de gerar recursos para bancar avanços em nossos sistemas públicos de educação e de saúde.

Mas, como revelaram as investigações da Operação Lava-Jato da Polícia Federal, a dinheirama movimentada por uma petroleira do porte da Petrobras atraiu, como o sangue na água salgada, a sanha de tubarões. Não os que habitam os mares, mas os que — ainda mais vorazes — ocupam os gabinetes do poder político.

Não foi difícil para eles. Afinal, embora sob a vigilância parcial dos milhares de acionistas minoritários, o comando efetivo da companhia era exercido pelos representantes do acionista controlador: o governo da União e seus apoiadores. A Lava-Jato apurou que, para se beneficiarem, políticos com o poder de nomear ocupantes de cargos estratégicos na empresa fizeram um conluio com fornecedores e prestadores de serviços.

Foi grande o assalto em forma de superfaturamentos e de outras malandragens. Mas, como apuraram auditores e especialistas em administração empresarial, não foi só a roubalheira que tirou a Petrobras do bom caminho. O estrago causado pela má gestão foi ainda pior. Inversões inadequadas, como a compra de uma velha refinaria nos Estados Unidos, se somaram à política comercial suicida de vender gasolina abaixo do preço de importação desse derivado.

O governo havia apostado tudo na festa do consumo, facilitando o crédito e isentando impostos, ainda que não houvesse produção nem riqueza suficiente para isso. Obviamente, a gasolina barata compunha esse quadro de ilusões para que os felizes compradores de carros a prestação, usados ou novos, pudessem usufruir dessa pretensa “qualidade de vida”.

Rombo de US\$ 40 bilhões

Enquanto durou a farra, montadoras e financeiras ganharam muito dinheiro, mas o país e a Petrobras ainda sofrem para pagar a conta. Mantida entre 2011 e 2014, essa política de preços provocou um rombo de nada menos do que US\$ 40 bilhões nas contas da Petrobras.

Tolhida em seus projetos de ampliação da capacidade de refino, a empresa, para atender ao consumo, tem sido obrigada a aumentar a importação de diesel e gasolina. Ocorre que essas importações, que já correspondem a 20% do consumo, são submetidas a duas variáveis fora do controle da empresa e do país: o câmbio e as cotações do mercado de combustíveis. Elas impõem oscilações de preços que, por não terem sido compensadas naquele período, geraram tamanho prejuízo.

Desde junho de 2016, quando a Petrobras passou a contar com uma diretoria profissional e independente das pressões políticas, as coisas começaram a mudar na empresa. O presidente anterior foi preso e seus antecessores estão sendo investigados. Além de regras mais rígidas de governança, de controle e de compliance, a Petrobras vem praticando uma política de preços que guarda relação com a realidade do mercado internacional.

Estancar hemorragia

O propósito é estancar a hemorragia provocada no caixa da empresa no tempo em que ela comprava caro e vendia barato o diesel e a gasolina, e, também, obter remuneração adequada para cobrir seus custos e oferecer margem para retomar os investimentos. A fase atual dessa política de preços, iniciada em junho de 2017, coloca o consumidor brasileiro — mal acostumado com a proteção do governo — em sintonia com as oscilações quase diárias do mercado internacional.

Como se sabe, o preço final da gasolina (na bomba) é livremente estabelecido pelos donos de postos, que definem qual margem cada um vai praticar acima dos preços cobrados pela Petrobras. As oscilações quase diárias e a sintonia inédita com o mercado internacional obrigam todos dessa cadeia a um esforço de gestão mais aprimorada do negócio. O controle do estoque e a definição do preço de venda têm de ser mais precisos e praticados em intervalos mais curtos. É um avanço em direção aos países em que o mercado realmente funciona.

Enquanto isso, o consumidor terá de aprender que, quando o governo — por meio da Petrobras ou do Tesouro Nacional — absorve uma porção do preço da gasolina, ele obriga o cidadão da fila do ônibus a pagar parte da conta de quem vai de carro pra casa. Isso, em um país tão desigual como o nosso, é populismo que acaba custando caro, principalmente para os mais pobres.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Seção:** Economia**Autor:** Simone Kafruni**Título:** Colcha de retalhos

No país dos subsídios, o setor elétrico é um dos que mais têm encargos e penduricalhos para bancar uma série de programas e descontos. Mais da metade da receita das empresas de geração, transmissão e distribuição de eletricidade são impostos, contribuições e encargos que embutem subsídios de toda sorte. Do carvão mineral para geração termelétrica e do combustível usado pelas usinas térmicas de sistemas isolados até descontos no uso dos fios em determinados empreendimentos e abatimentos nas tarifas de alguns consumidores, passando por programas sociais e assistenciais, tudo está dentro da fatura mensal de energia elétrica dos brasileiros.

Estudo do Instituto Acende Brasil mostra que a carga tributária consolidada atingiu 51,64% do total da receita bruta operacional do setor elétrico em 2015. No exercício anterior, o mesmo levantamento havia registrado índice de 40,23%. Houve, portanto, aumento de 28% de um ano para o outro. Na pesquisa mais recente, tributos e encargos representaram R\$ 88,1 bilhões da receita de R\$ 170,7 bilhões.

O presidente do Acende Brasil, Cláudio Sales, ressalta que a tributação em energia elétrica é injusta, porque atinge a camada da população com menor renda. “A fatura pesa mais no orçamento das famílias mais pobres”, alerta. “O estudo, feito em parceria com a PWC, descortina o grande drama tupiniquim, de carga tributária sempre acima de 40%, o que afeta diretamente a competitividade da economia”, diz Sales.

De acordo com o **Ministério de Minas e Energia (MME)**, hoje, a maior parcela dos subsídios do setor está embutida na Conta de Desenvolvimento Energético (CDE). Isso ocorreu quando a ex-presidente Dilma Rousseff promoveu o maior desarranjo regulatório do setor com a famigerada Medida Provisória nº 579, de 2012, depois convertida na Lei nº 12.783, de 2013. “O reflexo de esconder tudo dentro da CDE com a MP 579 foi o salto que vimos de um ano para o outro no peso dos encargos. Embora tenha se mantido acima de 40% desde 2002, em 2015 passou de 51%”, explica Sales.

Tarifas

A conta de energia abarca inúmeros encargos (veja no quadro ao lado), mas, dentro da CDE, estão subsídios para bancar: a Tarifa Social de Energia Elétrica

(TSEE); descontos na Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (Tust) e na Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (Tusd) para pequenos empreendimentos hidrelétricos e de fontes solar, eólica, biomassa e cogeração; descontos nas tarifas de energia elétrica para consumidores rurais, irrigantes e aquicultores, para aqueles enquadrados como prestadores de serviço público de água, esgoto e saneamento e irrigação pública, além de distribuidores de pequeno porte, como cooperativas, permissionárias ou concessionárias; e, por fim, a universalização do acesso à energia elétrica, por meio do programa Luz para Todos.

Sales chama a atenção para a Conta de Consumo de Combustível (CCC), criada para subsidiar o combustível das termelétricas de sistemas isolados. “Antes, a CCC, usada para financiar o combustível das geradoras do Norte que não estavam conectadas ao Sistema Interligado Nacional (SIN), era custeada pela conta de luz de todos os consumidores. Com a MP 579, foi parar dentro da CDE. A grande enganação de Dilma é que o Tesouro ia bancar a CDE, mas isso durou só um ano. O governo ficou sem dinheiro e a CDE voltou a ser custeada pelos consumidores, com o agravante de não ter transparência”, explica.

Custo rateado

O especialista pondera que o subsídio de combustível já se justificou. “Como a geração de energia termelétrica é muito mais cara e, para alguns sistemas isolados, era o único recurso, foi uma política pública subsidiar a CCC e ratear o custo entre todos consumidores enquanto não se conseguia interligar as regiões ao SIN”, diz. No entanto, ressalta Sales, a interligação já foi feita. “Em tese, não há mais necessidade de subsidiar a maioria das regiões. Porém, os estados atingidos reclamam uma receita importante de ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) em cima dos combustíveis. Aí começa uma série de distorções”, aponta.

Sales reconhece que, em um país como o Brasil, de “múltiplas carências”, é fácil justificar a conveniência de subsidiar alguns setores. “Mas é muito contraproducente aumentar os encargos indefinidamente. Chega-se a um ponto em que isso é danoso. Se o Brasil tem carga tributária que é considerada alta para países emergentes, a do setor elétrico, por ser regressivo, com maior impacto no orçamento dos mais pobres, deveria ser menor. No entanto, é assustadoramente maior”, lamenta.

Na opinião do especialista em energia Rodrigo Leite, sócio do escritório Leite Roston Advogados, a parcela de subsídios e encargos na conta de energia é significativa. “Muito foi criado para subsidiar os setores mais frágeis. É legítimo pensar nisso para se ter uma base de ampliação da rede e maior receita no futuro”, explica. Contudo, Leite ressalta que o “mais grave” é que os recursos da

CDE, muitas vezes, são usados para compor subsídio cruzado. “Há uma proposta do MME, atualmente em consulta pública, para definir diretrizes do novo marco regulatório, que pretende acabar com os subsídios cruzados, que são jogados na tarifa”, diz.

Leite afirma que os descontos no fio para fontes de geração como biomassa, resíduos e Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH) vão de 50% até 100%. “É interessante para incentivar a produção por novas fontes, mas acaba onerando a distribuidora e a transmissora, que repassam o custo para os consumidores”, ressalta. O especialista lembra que os subsídios saem do mesmo bolso — ou do consumidor, via tarifa, ou do contribuinte, quando o dinheiro sai do Tesouro, que arrecada impostos. “Não se pode tapar buraco de falha estrutural do setor com subsídio. Isso só ocorre no Brasil, onde há muitas contas paralelas. O mercado europeu é muito mais livre”, afirma.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor: Simone Kafruni

Título: Sistema não tem paralelo no mundo

No entender da advogada e economista Elena Landau, especialista no setor elétrico, o grande desastre que se abateu sobre o segmento foi a Medida Provisória nº 579, baixada em 2012. “A ex-presidente Dilma Rousseff criou um excesso de demanda por energia num período em que havia falta de chuvas e escassez de fontes hidrelétricas. Não se discute o papel do serviço público, de quem tem energia mais próxima financiar quem está mais longe, ou mesmo a tarifa social. O problema é a quantidade de encargos, os custos impostos pela legislação, que levam à judicialização do setor”, destaca.

Para João Carlos Mello, presidente da Thymos Energia, como o setor é autossustentável, os governos criaram uma série de encargos setoriais, decisões e medidas provisórias para que as empresas dessem um pouco da sua receita para a agenda política. “Nós temos que discutir se rubricas como Proinfra (Programa de Incentivo a Fontes Alternativas de Energia Elétrica) e baixa renda têm de estar dentro do setor elétrico, ou se é responsabilidade de políticas públicas do governo”, opina.

O especialista explica que o sistema não encontra paralelo em qualquer lugar do mundo. “Não à toa, o diz que vai acabar
com as jabuticabas, não só as dos subsídios, mas as que existem em outras áreas do setor elétrico”, comenta.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Brasil****Autor: André Ramalho e Rodrigo Polito | Do Rio****Título: Leilões marcados para março e junho devem arrecadar R\$ 3,5 bi, projeta ANP**

A 15ª rodada de blocos exploratórios, em março, e a 4ª rodada de partilha do pré-sal, em junho, devem gerar, juntas, arrecadação de R\$ 3,5 bilhões à União, disse ontem o diretor-geral da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), Décio Oddone. No ano passado, o governo arrecadou R\$ 9,95 bilhões com a 14ª rodada e a 2ª e 3ª rodadas de partilha do pré-sal.

A principal expectativa de receita para este ano - sem considerar o megaleilão dos excedentes da cessão onerosa, ainda pendente de aprovação - vem da 4ª rodada de partilha, que ofertará cinco blocos exploratórios no polígono do pré-sal, que somam um bônus de assinatura fixo de R\$ 4,65 bilhões. Já para a 15ª rodada, estão previstas 70 concessões, que totalizam um bônus mínimo de R\$ 1,05 bilhão.

A proposta do governo é ser mais seletivo nos leilões deste ano, em comparação com as licitações realizadas em 2017, que ofertaram 295 áreas, das quais 43 foram negociadas. Os principais destaques da 15ª rodada são as áreas localizadas em águas profundas das bacias de Campos, Santos e Sergipe-Alagoas. As águas rasas, presentes na 14ª rodada, saíram do radar. Em terra, estão previstos somente 21 ativos em novas fronteiras exploratórias (nas bacias do Parnaíba e Paraná). As bacias maduras ficaram de fora.

Questionado sobre se as projeções de arrecadação para este ano não estariam abaixo do potencial, Oddone disse que os números se tratam de estimativas "inapuradas". "Fizemos uma estimativa com base no histórico que temos de áreas que normalmente são contratadas em leilões", disse após participar da cerimônia de assinatura dos contratos de concessão da 14ª rodada, realizada em setembro do ano passado.

Ao todo, 14 petroleiras assinaram 32 contratos que garantiram à União, em 2017, uma arrecadação de R\$ 3,8 bilhões, dentre elas a Petrobras, ExxonMobil, CNOOC, Repsol, Murphy Oil, Queiroz Galvão Exploração e Produção (QGEP), Karoon, Imetame, Parnaíba Gás Natural (da Eneva), Petroil, Bertek, Vipetro, Geopark e Great Energy. Outras três empresas (Greenconsult, Tek Óleo e Gás e Guindastes) tiveram problemas com o cumprimento das exigências do edital e ainda não assinaram.

Além da 15ª rodada de concessões e da 4ª rodada de partilha, a ANP pretende iniciar este ano também a oferta permanente de áreas. Nesse processo, estão à

disposição permanentemente campos devolvidos à União e blocos exploratórios ofertados em licitações anteriores e não arrematados ou devolvidos. Com o modelo, a ANP fornece um estoque permanente de áreas, dando oportunidade aos investidores de adquirirem blocos a qualquer tempo.

"Vai ser revolucionária. A oferta permanente caminha para ser principal veículo para colocarmos áreas em oferta no Brasil", afirmou Oddone. "Vamos desvincular [a oferta de áreas] da espera do leilão."

A ideia da ANP é definir, até o fim de abril, as regras para participação e abrir o prazo para inscrições e, no mês seguinte, em maio, receber as manifestação de interesse. As apresentações de ofertas estão marcadas para a partir de novembro.

A ANP acredita também que a oferta permanente agregará valor aos polos ofertados no programa de venda de ativos da Petrobras, já que muitas das áreas incluídas estão no entorno dos polos à venda pela estatal.

Num primeiro momento, a ANP disponibilizou ao mercado 846 blocos, localizados em 13 bacias sedimentares diferentes: Recôncavo, Potiguar, Sergipe-Alagoas e Espírito Santo, Acre, Amazonas, Paraná, Parnaíba, São Francisco e Tucano (terra); e Pará-Maranhão, Sergipe-Alagoas, Campos e Santos (mar).

Segundo Oddone, a ideia é dobrar o número de áreas disponíveis. "Nosso estoque de áreas é maior que isso, podemos colocar ainda umas 850 áreas", disse.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: PDT e sindicatos vão ao STF para barrar privatização da Eletrobras

O Partido Democrático Trabalhista (PDT) protocolou na semana passada uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra a Medida Provisória 814, editada no fim do ano passado e que possibilita a inclusão da Eletrobras e suas controladas no Plano Nacional de Desestatização (PND).

A ação, que contou com o auxílio jurídico da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU) e do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE), que reúne centrais sindicais do setor elétrico, indica a resistência política e sindical que o governo deve enfrentar para discutir a privatização da elétrica no Congresso.

A petição para a Adin, de 25 páginas, é baseada, entre outros pontos, no argumento de que não há requisito constitucional de urgência urgentíssima qualificada para a edição da MP. De acordo com o documento, não existe situação concreta que exija ação imediata do Executivo durante o período do recesso legislativo.

Ainda de acordo com o documento, a MP regulamenta a Constituição "em campo que é justamente vedado à atividade regulatória da medida provisória", com o objetivo de "claramente fraudar o estatuto constitucional para implementar um novo modelo de exploração do sistema elétrico nacional pela via monocrática da medida provisória".

Em nota, o presidente da FNU, Pedro Blois, afirmou que a entidade utilizará todos os meios legais e de pressão junto a parlamentares para que a privatização do sistema Eletrobras "não se efetive". "Essa privatização fere os interesses da sociedade e desrespeita a soberania nacional. "

Uma possível decisão do STF pela derrubada da MP pode afetar inclusive a venda das distribuidoras da estatal. Isso porque a medida também traz pontos importantes para o equacionamento da dívida das distribuidoras.

Além da discussão no âmbito do STF, o artigo da MP que possibilita a inclusão das estatais no PND está suspenso por força de liminar concedida pela Justiça em Pernambuco, solicitada por uma ação civil pública. A ação é de autoria de Antonio Campos, advogado e irmão do ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, falecido em acidente aéreo em 2014. A Câmara dos Deputados e a Advocacia-Geral da União recorreram para tentar derrubar a liminar, mas ainda não há decisão.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito e André Ramalho | Do Rio

Título: Leilão pode sair antes de acordo com Petrobras, diz secretário

De olho no potencial de arrecadação de mais de R\$ 75 bilhões, o governo pretende acelerar os trâmites para realizar o megaleilão do excedente da cessão onerosa, mesmo antes de chegar a um acordo com a Petrobras com relação à revisão do contrato original, firmado em 2010, e que garante à estatal um volume de 5 bilhões de barris de petróleo.

A estratégia do governo é aprovar a realização do leilão em reunião extraordinária do Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), em março. Mais cautelosa, porém, a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e

Biocombustíveis (ANP), entende ser possível organizar o certame em novembro, após as eleições, caso o governo não consiga realizá-lo no primeiro semestre.

"Para ter o leilão [de excedente da cessão onerosa], temos que aprovar isso no CNPE em março", disse o **secretário de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia, Márcio Félix**, acrescentando que o leilão pode ser aprovado apenas com um "encaminhamento" entre União e Petrobras sobre o acordo da cessão onerosa, sem a conclusão da negociação.

"Precisa ter um entendimento [entre as partes] para ter o leilão, não o entendimento final da negociação", completou ele, após participar de cerimônia de assinatura dos contratos de concessão das áreas negociadas na 14ª Rodada de Licitações da ANP, na sede da agência, no Rio.

Segundo Félix, é possível aprovar e realizar o leilão do excedente da cessão onerosa mesmo sem a definição sobre quem será credor na negociação com a Petrobras. "Independentemente de quem for receber o quê, queremos ver se tem uma solução para fazermos o leilão. É possível [fazer o leilão, sem definir o credor], se deixarmos o dinheiro [relativo à negociação] reservado, por exemplo", disse.

Presente à cerimônia, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que, durante as negociações com a União para a revisão do contrato da cessão onerosa, o esforço da companhia será para concluir a negociação "o mais rápido possível". Contido, o executivo, quando questionado se mantinha a posição de que a empresa é credora da União no processo, afirmou apenas que o que "tinha para comentar antes de iniciar o processo de negociação já falamos e está mantido".

"Agora entramos em um momento de silêncio em respeito das negociações. Temos que aguardar a negociação", explicou Parente, ao responder se a empresa conta com os recursos da revisão do contrato para este ano. "O momento é de respeitar o processo, as partes presentes na mesa de negociação", afirmou.

O presidente da Petrobras, porém, disse que o projeto de lei que tramita na Câmara e que permite à estatal buscar sócios para investimentos nas áreas da cessão onerosa pode ajudar no equacionamento da negociação para revisão do contrato com a União.

"Temos que avaliar a discussão disso no Congresso, pode haver alteração [no texto original]. Achamos que no âmbito das negociações da cessão onerosa, a

depende da versão final [do projeto de lei], pode ajudar no equacionamento. Mas isso é muito hipotético", completou Parente.

Com relação à negociação do contrato da cessão onerosa, o diretor-geral da ANP, Décio Oddone, disse que a agência cumpriu seu papel de entregar os estudos requisitados e que está "permanentemente à disposição" para prestar assessoria, mas que ela não faz parte das negociações em curso.

Sobre o megaleilão, ele afirmou que um eventual certame do tipo pode ocorrer em novembro, após as eleições, caso o governo não consiga viabilizá-lo até junho. Ele destacou que a agência precisa, em média, de quatro meses para organizar uma licitação.

"A ANP operacionaliza [os leilões], seguimos as determinações do CNPE. A determinação que vier, vamos seguir", disse. Ele destacou que não há impeditivos à realização do leilão em si, entre julho e outubro, e sim uma restrição à publicidade das licitações no período de 90 dias antes das eleições. Ele, porém, reconhece que a melhor opção seria realizar o leilão antes de julho ou a partir de novembro.

O secretário, porém, praticamente descartou a possibilidade de realização do leilão em novembro. Segundo ele, após as eleições, o governo estará concentrado no processo de transição. "Ainda acreditamos [na realização do megaleilão em junho] e trabalhamos. O tempo é curto. Mas o interesse [pelo leilão] é grande no mundo e [o leilão] é importante para o Brasil", completou Félix.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Mauricio Voivodic e Carlos Nobre

Título: Um Brasil sem novas mega-hidrelétricas?

O Brasil insiste num modelo antigo de desenvolvimento. Continuamos apostando em um sistema ultrapassado, que prioriza geração de energia a partir de grandes usinas hidrelétricas e termelétricas, e a exportação de commodities agrícolas e minérios com pouco valor agregado, ao invés de promover inovação tecnológica.

Por muitas décadas, fomos exemplo no mundo por nossa matriz energética limpa baseada em hidrelétricas e biocombustíveis. Porém, o que temos visto nos últimos anos é a diminuição da capacidade de geração das hidrelétricas. Os extremos de seca observados, com consequente redução do volume de água

nos reservatórios, e a insistência dos governos na construção de termelétricas têm causado grande prejuízo ao meio ambiente, à saúde e à economia.

E a perspectiva é que o cenário fique cada vez mais crítico num futuro que parece já ter chegado. Na Amazônia, no curto intervalo de 12 anos desde 2005, a região experimentou três secas que quebraram recordes históricos, em 2005, 2010 e 2015-16, e igualmente três períodos de inundações históricas, em 2009, 2012 e 2014, esta última na bacia do rio Madeira. No Sudeste, houve secas de grande intensidade em 2001, que causaram o célebre "apagão", e novamente a mais longa seca do registro histórico em 2014 e 2015.

Também no Nordeste os extremos estão se mostrando mais frequentes e intensos, como o período seco sem precedentes de 6 anos de 2012 até o presente, reduzindo o nível e a capacidade de armazenamento e de geração do gigantesco reservatório de Sobradinho. Num certo sentido, pode-se dizer que a crescente variabilidade e imprevisibilidade das chuvas que abastecem os reservatórios estão tornando a geração hidrelétrica consideravelmente "intermitente", isto é, quando os reservatórios quase secam e diminui-se a geração por um longo tempo.

Em resumo, os extremos climáticos estão aumentando em intensidade e frequência. Qual seria a resposta da engenharia de construção de hidrelétricas? Usinas com reservatórios gigantesco, aumentando exponencialmente o custo e os impactos socioambientais e ecológicos nas regiões onde são construídas.

Se há anos essas hidrelétricas têm apresentado déficits crescentes em sua produção de energia - e se projeta que esse quadro se agrave com as mudanças climáticas - por que continuar investindo nesse sistema? Quem ganha com a construção de obras tão grandes e que não funcionam como se esperava? A operação Lava-Jato tem ajudado a responder essas perguntas.

Precisamos colocar as energias renováveis no centro do debate do desenvolvimento econômico brasileiro

Recentemente, a imprensa publicou reportagens sobre uma "nova decisão" do governo brasileiro de abandonar a política de construção de grandes hidrelétricas na Amazônia. Apesar de ainda não haver um anúncio oficial sobre a questão, priorizar o investimento em fontes alternativas, como solar e eólica, é uma tendência relevante para o desenvolvimento brasileiro sustentável. É necessário, porém, que isso se torne prioridade no planejamento estratégico do setor, com uma visão abrangente dos passos necessários para se promover essa transição. Um plano ambicioso de expansão da energia solar e eólica, com medidas regulatórias que estimulem a indústria local, possibilitaria uma redução drástica da dependência em termelétricas.

Mesmo com reduzido apoio governamental, o uso de energias renováveis tem crescido graças à queda nos custos de implantação de sistemas eólicos e fotovoltaicos. As grandes empresas do setor estão investindo em parques eólicos e centrais solares. Esse investimento também é viável para os consumidores: instalar módulos de energia solar em casa tem apresentado uma das melhores taxas internas de retorno do mercado, ultrapassando 11% para consumidores residenciais. Recentemente, atingimos a marca simbólica de 1 GW de energia solar fotovoltaica, valor ainda muito pequeno perto do inesgotável potencial de energia solar do Brasil.

Uma crítica recorrente ao investimento em energias renováveis alternativas é o caráter intermitente da geração, que depende de insolação e de vento. Porém, as hidrelétricas atuais, responsáveis por quase 70% da geração, já são suficientes para complementar a energia produzida por módulos solares e concentradores eólicos, mesmo em períodos de diminuição da geração. Há uma natural complementaridade com as hidrelétricas: em períodos mais secos, há maior incidência de radiação solar e normalmente ventos mais intensos.

No mundo todo, o investimento no setor tem resultado em uma revolução de desenvolvimento tecnológico e geração de novos empregos. Nos Estados Unidos, a indústria de energias renováveis emprega mais do que a indústria dos combustíveis fósseis. Além de uma matriz energética limpa, o investimento no setor pode ajudar o país a adquirir competitividade tecnológica, além de contribuir para o crescimento e a diversificação da economia nacional.

Este movimento favorece uma geração distribuída e descentralizada, possibilitando ao Estado ser mais regulador do que produtor de energia. Além disso, para a parcela de 1% da população brasileira que não está conectada à grade de transmissão e ainda depende de geradores a diesel (caros, poluentes e barulhentos), as alternativas solar, eólica e biomassa, em sistema descentralizado, serão importantes vetores de melhoria de qualidade de vida.

Em outubro, mais de 140 milhões de brasileiros poderão ir às urnas para escolher presidente, senadores, governadores e deputados. É importantíssimo que a sociedade esteja conectada com as propostas dos candidatos, cobrando prioridade nas políticas públicas que viabilizem as energias alternativas renováveis.

Precisamos colocar as energias renováveis no centro do debate do desenvolvimento econômico brasileiro. Deixar para trás o antigo modelo de mega usinas hidrelétricas e termelétricas. Buscar alternativas limpas, mais baratas e sem tantos danos ao meio ambiente é a incontornável trajetória de futuro para o Brasil.

Mauricio Voivodic é engenheiro florestal e mestre em Ciência Ambiental pela USP. Foi Secretário Executivo do Imaflora e hoje é diretor executivo do WWF-Brasil.

Carlos A. Nobre, climatologista aposentado do INPE, é membro da Academia Brasileira de Ciências, membro estrangeiro da Academia de Ciências dos EUA e Sênior Fellow do WRI Brasil.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Paula Selmi, Fernando Torres, André Ramalho e Rodrigo Polito | De São Paulo e Do Rio

Título: Petrobras adere ao Refis da MP do Repetro

O conselho de administração da Petrobras aprovou, ontem, a adesão ao programa de pagamento e parcelamento relativo à exigência de Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) sobre as remessas ao exterior no afretamento de embarcações entre 2008 e 2014. A empresa fará o pagamento de R\$ 1,7 bilhão, em doze parcelas mensais e sucessivas, no montante aproximado de R\$ 144 milhões cada.

A primeira parcela vence amanhã e as demais no último dia útil dos meses subsequentes, atualizadas pela taxa Selic. O impacto negativo no resultado do 4º trimestre de 2017 será de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, líquido de impostos.

A adesão permitirá o encerramento de discussões administrativas e judiciais relativas ao IRRF referentes ao período de 2008 a 2013, que totalizam R\$ 28 bilhões. Segundo a estatal, a decisão de adesão "foi baseada nos benefícios econômicos, uma vez que a manutenção das discussões implicaria em esforço financeiro para oferecimento de garantias judiciais".

A Petrobras informou, ainda, que serão mantidas discussões administrativas e judiciais relativas aos processos em que se questiona a incidência de CIDE, PIS e COFINS, por não terem sido tais contribuições incluídas no programa.

Ontem a estatal assinou, na sede da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), no Rio, os sete contratos de concessão arrematados pela empresa na 14ª Rodada de blocos exploratórios, em setembro. Presente na cerimônia, o presidente da Petrobras, Pedro Parente, disse que a companhia se manterá "firme, mas seletiva" nos leilões deste ano.

A ANP já confirmou para este ano a realização da 15ª Rodada, prevista para 29 de março, e da 4ª Rodada de partilha do pré-sal, agendada para 7 de junho.

"Vamos continuar com aquela linha da 14ª Rodada e dos leilões do pré-sal do ano passado: uma participação firme, mas seletiva da Petrobras", afirmou.

Na 14ª Rodada, de 2017, a companhia arrematou sete blocos, sendo seis deles numa parceria 50%/50% com a ExxonMobil em águas ultraprofundas da Bacia de Campos. Questionado se a estatal será carregada pela multinacional nos investimentos previstos em exploração nas concessões arrematadas, Parente respondeu que os detalhes da parceria ainda estão sendo discutidos. "Estamos na fase de chegar a detalhes com ExxonMobil. Nada a informar", disse.

Para a 4ª Rodada de partilha, a estatal já manifestou o direito de preferência por três dos cinco blocos exploratórios da licitação: Dois Irmãos, Três Marias e Uirapuru. O percentual mínimo requerido é de 30% em cada área. O valor correspondente ao bônus de assinatura a ser pago pela companhia, considerando que os resultados dos leilões confirmem apenas as participações mínimas acima indicadas em cada bloco, é de R\$ 945 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Consórcio da WTorre é vencedor provisório de PPP em SP

Depois de mais de dois anos de disputas na Justiça, a parceria público-privada (PPP) de iluminação pública de São Paulo teve os envelopes com as ofertas abertos na manhã de ontem, e o consórcio Walks - cuja participação chegou a ser questionada pela própria prefeitura de São Paulo - foi considerado vencedor "provisório", ao apresentar um menor valor para o serviço proposto.

O consórcio, que é formado pelas empresas WPR Participações (do grupo WTorre), Qaatro (controladora da Alumini) e KS Brasil Led Holdings (do sul coreano KS Intergoup) ofereceu a receita de R\$ 23,3 milhões por mês, chegando a R\$ 7,5 bilhões ao fim do contrato de 20 anos.

O valor é 22,5% inferior ao ofertado pelo outro consórcio, liderado pelas empresas FM Rodrigues e Consladel, de R\$ 30,2 milhões mensais. Segundo representantes do Walks, como a diferença mensal é de cerca de R\$ 7 milhões, a proposta da Walks oferece uma economia de R\$ 1,68 bilhão ao longo dos 20 anos de validade do contrato. Os recursos terão como destino a ampliação e modernização do parque de iluminação pública da cidade, assim como a operação deste. Na época em que as propostas foram apresentadas

inicialmente, em 2016, os gastos da prefeitura com energia somavam cerca de R\$ 16 milhões ao mês.

O resultado da licitação, que se arrasta desde a gestão do de Fernando Haddad (PT-SP), foi registrado em ata como "provisório", devido aos impasses que ainda persistem na Justiça quanto à habilitação do Walks. O principal entrave se deve ao fato de que a Quatro é controladora da Alumini, companhia declarada inidônea pela Controladoria Geral da União (CGU), no contexto da Operação Lava-Jato. Além disso, a Alumini esteve em recuperação judicial nos últimos anos.

No domingo, a prefeitura chegou a tentar barrar a participação do Walks na licitação, mas teve o pedido de uma liminar indeferido. De acordo com Anderson Pomini, secretário de Justiça de São Paulo, não há uma preferência por um dos consórcios, pois o foco da prefeitura é de assinar o mais rapidamente possível o contrato. Segundo ele, se tudo der certo, o vencedor pode iniciar a prestação do serviço dentro de 40 a 50 dias, encerrando o contrato emergencial em vigor - que pertence à FM Rodrigues.

A decisão judicial determinou que os envelopes fossem abertos ontem às 11h. Após alguns minutos de atraso, representantes do consórcio Walks chegaram a manifestar insatisfação, alegando que isso fazia parte de uma estratégia da prefeitura e da FM Rodrigues para conseguir uma liminar.

Quando a sessão teve início, uma representante da FM Rodrigues pediu a suspensão para que um agravo de instrumento impetrado pelo consórcio pudesse ser apreciado, mas o pleito foi rejeitado. Horas depois, o pedido de liminar da empresa foi negado pela Justiça.

Agora, há um prazo de cinco dias úteis para que os consórcios entrem com recursos, e ainda haverá, posteriormente, a etapa de habilitação técnica. Além disso, o futuro do Walks ainda depende da decisão do mérito do processo aberto pela FM Rodrigues.

Em nota, a FM Rodrigues disse que o preço proposto pelo consórcio da WTorre torna "impossível" a execução da modernização do parque de iluminação da cidade proposto pela prefeitura. Eles questionaram ainda a participação do consórcio Walks devido à presença indireta da Alumini.

Ao **Valor**, o advogado Bruno Aurélio, sócio do escritório Tauil & Chequer, que representa o consórcio Walks, disse que os valores propostos são "absolutamente exequíveis" e disse que a empresa não é uma "aventureira".

"Aquele que não cumprir o contrato de uma PPP sobre penas muito severas, execuções de garantias. É um risco muito relevante e que pode quebrar uma empresa", disse Aurélio.

O advogado disse ainda que o consórcio não fechou contratos com fornecedores de lâmpadas de LED, mas que está em conversas com os principais fornecedores nacionais, "em prestígio da indústria nacional", e também olha empresas estrangeiras.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia | De São Paulo

Título: Governo de São Paulo retoma privatização da Cesp

O governo do Estado de São Paulo decidiu solicitar à União a prorrogação da concessão da hidrelétrica de Porto Primavera por mais 20 anos, no contexto de privatização da Cesp. O objetivo é oferecer aos investidores um produto "mais atrativo", disse ao **Valor** Helcio Tokeshi, secretário da Fazenda do governo paulista.

A decisão, tomada ontem pelo Conselho Diretor do Programa Estadual de Desestatização (CDPED), foi possível após a publicação do decreto presidencial 9.271, na semana passada, que abriu a possibilidade de renovação de concessões de geração municipais e estaduais por até 30 anos, desde que em um contexto de privatização. Como a principal concessão da Cesp é a hidrelétrica de Porto Primavera, que vence em 2028, será feito um pedido para renovar esse prazo por 20 anos, para até 2048. A decisão do CDPED deve ser publicada hoje no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

"Vamos seguir o roteiro do decreto, encaminhar um ofício ao governo federal e ao **Ministério de Minas e Energia** dizendo que queremos enquadrar a Cesp nos termos do decreto", disse Tokeshi. Depois disso, a União e o MME devem definir o valor da outorga que o investidor terá que pagar para garantir também os 20 anos adicionais de concessão. Esse valor será acrescentado ao preço da companhia já calculado.

Segundo Tokeshi, não se pode garantir que o preço calculado antes - R\$ 16,80 por ação - será mantido, pois passaram-se alguns meses de que o negócio foi suspenso, em setembro do ano passado. "Vamos rever algumas premissas da modelagem, às vezes há uma necessidade de mudar projeções. Algumas das ações judiciais que são passivos também andaram, temos que avaliar tudo isso", disse.

Outra questão que deve sofrer alteração agora é a divisão de eventuais ganhos que a Cesp tenha com indenizações pleiteadas da União pela devolução dos seus ativos de geração, depois que a estatal paulista se recusou a renovar a maior parte das suas concessões nos termos da Medida Provisória (MP) 579, em 2012, que criou o regime de cotas de potência e garantia física.

Até o ano passado, a Cesp tinha R\$ 3 bilhões em valor incontroverso a receber - já incluído no preço anterior da empresa - e outros R\$ 9 bilhões pleiteados pelo governo. Pelo edital anterior, o novo controlador ficaria com apenas 1% do que fosse recebido. Agora, esse percentual deve ser recalculado.

"O ponto das indenizações foi outro em que tivemos um 'feedback' no processo, agora o produto deve mudar. No melhor interesse público, vamos avaliar tudo, todas as características daquilo que vamos oferecer ao mercado, e fazer os ajustes necessários para que tenhamos o melhor resultado possível no leilão", disse o secretário.

Em relação aos prazos para retomada do processo, o secretário apontou que há fatores que não dependem do governo de São Paulo, como a definição do valor da outorga. "Eu dependo de uma portaria conjunta autorizando a concessão e falando o quanto a União quer de outorga. E aí, com base nesse número, vamos avançar em nossa modelagem", afirmou.

O objetivo do governo é retomar o processo de privatização "o mais rapidamente possível", respeitando os prazos legais e também os outros passos, como abertura de audiência pública para debater a proposta.

O leilão de privatização da Cesp estava marcado inicialmente para 26 de setembro, mas foi suspenso pois não havia interessados. Depois de devolver a maior parte das concessões, o maior ativo da companhia é a hidrelétrica de Porto Primavera, que tem 1.540 megawatts (MW) de potência e vencimento em 2028, além das usinas de Paraibuna, de 87 MW, e Jaguari, de 27,6 MW.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Agronegócios

Autor: Cristiano Zaia e Camila Souza Ramos | De Brasília e São Paulo

Título: Etanol de milho avança no Centro-Oeste

O Centro-Oeste encontrou no etanol um caminho para verticalizar parte de sua crescente produção de milho, que em sua maior parte vai para exportação. Agricultores, usinas de cana e investidores estrangeiros estão tirando do papel projetos de usinas do biocombustível à base do cereal que deverão acrescentar mais de 1 bilhão de litros de capacidade até 2019, volume equivalente a quase

um mês de consumo de etanol hidratado (usado diretamente nos tanques dos veículos) no país.

Ao menos seis usinas do gênero deverão ser construídas ou ampliadas em 2018 na região, a partir de cerca de R\$ 2 bilhões em investimentos. Quando todas estiverem operando a pleno vapor, sua demanda por milho deverá superar 3 milhões de toneladas por ano, ou cerca de 6% da safra do Centro-Oeste. Hoje, as usinas que usam milho para fabricar etanol demandam aproximadamente 1 milhão de toneladas - 2% da oferta da região.

O número de projetos deverá aumentar, já que há três usinas de cana (duas em Mato Grosso e uma em Goiás) realizando estudos para apostar no etanol de milho e um grupo de produtores goianos com a mesma intenção.

"Para os próximos cinco anos, acredito que deveremos estar com 3 bilhões de litros de etanol de milho por ano, pelo que temos levantado com os empresários. As usinas estão em implantação ou com projetos 'flex', que já usam a cana e incluirão o milho como matéria-prima", afirma Ricardo Tomczick, presidente-executivo da União Nacional do Etanol de Milho (Unem).

Essa onda é impulsionada pela abundância de milho, pela queda dos juros e pelas boas perspectivas para o consumo de etanol combustível no país. Nos últimos meses, a demanda tem crescido porque os motoristas estão trocando a gasolina, mais cara, pelo etanol hidratado. Mas as perspectivas são de que a retomada do crescimento, aliada ao incentivo oferecido pelo programa RenovaBio, alavanquem o consumo de combustíveis como um todo.

"A queda dos juros é importante porque o setor é de capital intensivo", diz Paulo Motta Júnior, CEO da CerradinhoBio. A empresa vai erguer, ao lado de sua usina de cana em Chapadão do Céu (GO), uma unidade de etanol de milho com capacidade para até 230 milhões de litros por safra a partir de 550 mil toneladas de milho, além de 150 mil toneladas de DDG (subproduto do processamento do milho que é utilizado como ração).

Com aporte de R\$ 280 milhões - 70% captados com bancos -, a companhia aproveitará parte da estrutura existente, como a energia gerada do bagaço de cana. Segundo Luciano Fernandes, sócio e presidente do conselho, a companhia quer aproveitar a "vocação" para gr  os da região, que registra um dos maiores rendimentos de milho do país.

Mas o principal polo de etanol de milho deverá ser também no maior produtor nacional do grão: Mato Grosso. O Estado abriga quatro usinas de etanol, tr  s delas "flex". A única que usa só milho é a da FS Bioenergia, que começou a

operar em julho e acabou de começar a expandir sua capacidade, segundo Henrique Ubrig, presidente da companhia.

A empresa investirá R\$ 350 milhões no novo projeto, para duplicar a estrutura e retirar gargalos industriais. Segundo Ubrig, surpresas positivas surgiram no primeiro semestre de operação, como um bom mercado para a venda de DDG e uma demanda aquecida em Paulínia (SP).

A demanda por DDG foi o chamariz para que o pecuarista Marcos Cerqueira cogitasse investir na área. Seu projeto, a Santa Clara Álcool de Cereais, foi elaborado quatro anos atrás, mas houve atrasos no licenciamento ambiental, e a construção deverá ter início apenas neste ano.

Cerqueira construirá a usina em Vera (MT), colado a Sorriso, que terá capacidade menor que a das demais, mas poderá usar outros grãos além do milho, como sorgo granífero e arroz quebrado - que não vai para consumo humano. Ele não revelou o valor do aporte, mas disse que 65% dele será com capital próprio.

O perfil de investidores é tão diversificado que na lista há até cooperativas de produtores originalmente criadas para comercializar insumos. Uma delas é a catarinense Coprodia, que já tem uma usina de cana em Campo Novo do Parecis (MT) e começou a construir ao lado uma usina de etanol de milho com aporte de R\$ 400 milhões.

Outra é a Alcooad, formada por 15 produtores de grãos ligados à Cooperativa Agroindustrial Deciolândia (Cooad), que está buscando capital com fundos constitucionais do governo para iniciar as obras este ano. Eles estimam um investimento de R\$ 450 milhões para erguer uma usina capaz de produzir 200 milhões de etanol a partir de 500 mil toneladas de milho. "Para os produtores, a usina é uma opção a mais de cliente", afirma Marcelo Alves, diretor da Alcooad.

Um dos projetos 'greenfield' mais adiantados está em Sinop (MT), onde a paraguaia Inpasa está investindo R\$ 500 milhões em uma unidade já anunciada pelo governador Pedro Taques como a maior usina de etanol de milho do país.

"Usineiros de cana de Mato Grosso estão fazendo cálculos para ver se compensa processar milho, já que o retorno do investimento é rápido, de três anos", diz Glauber Silveira, vice-presidente da Abramilho, que representa produtores de milho.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Agronegócios****Autor: Camila Souza Ramos | De São Paulo****Título: Oferta adicional terá de ser vendida a outros mercados**

A expansão da oferta de etanol no Centro-Oeste gerada pelos investimentos em curso ou projetados não será totalmente absorvida pela demanda regional, o que forçará as empresas a buscarem novos mercados para seu produto.

"O problema aqui não é produzir etanol. É como levá-lo a outros mercados a preços competitivos", diz Jorge dos Santos, diretor executivo do Sindalcool-MT, que representa as usinas mato-grossenses.

O consumo de etanol hidratado dos três Estados do Centro-Oeste e do Distrito Federal representa cerca de 13% do total nacional. O auge foi em 2015, quando alcançou 2,3 bilhões de litros - abaixo da capacidade instalada prevista para operar em 2019, de mais de 3 bilhões de litros.

Enviar o etanol para o Sudeste, por exemplo, esbarra nos elevados custos logísticos, enquanto buscar um caminho para o Norte ainda é difícil pela falta de infraestrutura. Segundo Santos, o frete atualmente para Paulínia (SP) está em torno de R\$ 0,31 por litro, quase 20% do preço do etanol. "O frete tem que ser no máximo 5%, senão não compensa".

Os investidores em etanol de milho estão buscando formas para lidar com o problema. A CerradinhoBio já utiliza um terminal próprio de transbordo ferroviário para escoar o etanol que produz a partir da cana pela ferrovia entre Rondonópolis e Santos, da Rumo.

Já a FS Bioenergia quer insistir em uma saída para o Norte, apostando na pavimentação da BR 163 para alcançar o porto de Miritituba (PA), no Tapajós. "Talvez dê até para chegar ao Nordeste via cabotagem", afirma Henrique Ubrig, presidente da empresa. Embora tenha escoado parte de sua produção para Paulínia, Ubrig concorda que o frete ainda é "caro".

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Legislação****Autor:****Título: Destaques**

Corte de energia

A Companhia de Energética de Minas Gerais (Cemig) terá que indenizar uma consumidora em cerca de R\$ 21 mil por danos materiais, e mais R\$ 8 mil por danos morais pela interrupção de energia durante uma festa de casamento. A decisão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJ-MG) manteve sentença de primeiro grau. Segundo a consumidora, em setembro de 2012, data da cerimônia de casamento da filha, houve um corte de energia, impedindo a continuidade da festa. A Cemig alegou que a interrupção do evento ocorreu por motivo de segurança do sistema de distribuição de energia na região. Constatando a sobrecarga na rede elétrica, para evitar mais prejuízo à coletividade, o equipamento desligou e interrompeu o fornecimento. Ao apreciar o recurso (0047949-76.2012.8.13.0514), o relator, desembargador Audebert Delage, destacou que, em caso de fortuito interno previsível, a companhia deveria ter um planejamento para eventual avaria.

MME / ASCOM .